



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

300ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 27 de novembro de 2023

ATA DA 300ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 27 de novembro de 2023

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo MPS – Carlos Roberto Lupi SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal INSS – Alessandro Antônio Stefanutto INSS – Andre Paulo Felix Fidelis CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	Representantes dos Trabalhadores em Atividade FS – Odair Antonio Bortoloso UGT – Aparecido Alves Tenório CUT – Ariovaldo de Camargo CONTAG – Edjane Rodrigues Silva CTB – Rolando Medeiros
Representantes dos Aposentados e Pensionistas SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho CSB – Bartolomeu Evangelista de França COBAP – Obede Muniz Teodoro SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti CONTAG – Evandro José Morello	Representantes dos Empregadores CNI – Wilson Brueckheimer Junior CNF – Rafael Baldi da Silva CNC – Helio Queiroz da Silva CNM – Antonio Mário Rattes de Oliveira
Palestrante/Convidado CNF – Alex Sander Gonçalves MPS – Alexandre Zioli Fernandes	

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 300ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as).

II – ORDEM DO DIA

Instado o primeiro ponto de pauta: Crédito Consignado, o **Sr. André Fidelis** deu início à apresentação do Painel de Taxas de Juros do Consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), demonstrando a evolução das taxas de juros. Explanou que o Painel era baseado na Plataforma *Qlik Sense*, o qual possui entrada padronizada, com filtro de taxa média do dia para a modalidade empréstimo consignado e cartão de crédito por banco e por período. Relatou que havia um gráfico para acompanhamento da evolução das taxas médias e destacou que realizou reunião com o Banco Central do Brasil (BACEN), que ficou impressionado com o nível de detalhamento que o INSS possuía. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** observou que a metodologia utilizada pelo INSS e pelo BACEN eram diferentes, uma vez que os bancos informavam a taxa média praticada pela Instituição Financeira (IF) durante o dia ao BACEN e a taxa praticada em cada operação ao INSS. Por fim, o **Sr. André Fidelis** demonstrou quais eram as informações de acesso público na Plataforma “Meu INSS”, sendo elas a taxa mínima, média e máxima praticadas no dia em cada banco. Com a palavra, a **Sra. Tonia Galleti** sugeriu que as entidades tivessem acesso às taxas médias para que pudessem ser disponibilizadas em suas páginas, o que fora acatado. Em seguida, o **Sr. Geovani Spiecker** deu início à apresentação das informações estatísticas do comportamento dos valores operados no consignado INSS. Demonstrou os conceitos de empréstimo pessoal consignado, Reserva de Margem Consignável (RMC), cartão de crédito consignado, Reserva de Cartão Consignado (RCC) e cartão consignado de benefício, os quais seriam os temas trabalhados na apresentação. Exibiu, também, a evolução das taxas de juros, destacando a última alteração aprovada pelo CNPS. Demonstrou, referente ao período de janeiro a outubro de 2023, tabelas e gráficos dos seguintes dados: (i) número de contratos ativos de empréstimo e cartão por IF, dando enfoque à existência de 61.050.029 (previdenciário e BPC/LOAS) contratos em outubro de 2023; (ii) número de contratos ativos de empréstimo por IF; (iii) número de contratos ativos de cartão de crédito consignado por IF; (iv) número de contratos ativos de cartão consignado de benefício por IF, destacando o seu crescimento linear durante o período; (v) número de novas operações de empréstimo – margem livre, apontando que o Banco Santander S/A teve um erro operacional em outubro de 2023, o que causou a exclusão indevida de mais de 114 mil contratos, os quais foram reaverbados, gerando um volume muito acima das demais IFs; (vi) número de novas operações de cartão de crédito consignado; e (vii) número de novas operações de cartão consignado de benefício. Com a palavra, o **Sr. Gerson Maia** solicitou esclarecimentos sobre o cartão de crédito, tendo em vista que ficava um percentual da sua aposentadoria. Em resposta, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** esclareceu que o aposentado possui 35% de margem empréstimo e 5% de margem para o cartão de crédito e para o cartão de benefício, sendo que poderia escolher o pagamento total do cartão de crédito no boleto para não comprometer a sua margem ou deixar que as parcelas sejam amortizadas em 5% até que a operação seja liquidada. Sugeriu que fosse elaborada uma apresentação para esclarecimento dos detalhes do cartão de crédito e do cartão de benefício. Retomada a apresentação, o **Sr. Geovani Spiecker** demonstrou, referente ao período de janeiro a outubro de 2023, tabela e gráfico

36 de novas operações de portabilidade de empréstimos por IF. A **Sra. Tonia Galleti** questionou se poderiam depreender se
37 o aumento expressivo da portabilidade era consequência da diminuição do número de novos empréstimos consignados
38 pelos bancos devido à baixa de juros, e observou que muitas IFs poderiam estar trabalhando a própria base para que não
39 houvesse gastos com a busca de novos clientes. Em resposta, o **Sr. Presidente** ponderou que esse valor da portabilidade
40 era consequência da busca do próprio beneficiário. Por fim, o **Sr. Geovani Spiecker** destacou que a data para lançamento
41 desse Painel seria definida em dezembro de 2023 e apresentou as tabelas e gráficos de novas operações de
42 refinanciamento de empréstimo por IF, observando que houve um aumento, de 407.573 operações em janeiro de 2023
43 para 841.256 em outubro de 2023; e número de novas operações de portabilidade seguida de refinanciamento de
44 empréstimo, comparando portabilidade, portabilidade com refinanciamento e portabilidade pura e refinanciamento total,
45 refinanciamento precedido de portabilidade e refinanciamento puro. Com os esclarecimentos às dúvidas em relação à
46 apresentação, passou-se à exposição da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)/Associação Brasileira de Bancos
47 Comerciais (ABBC). De posse da palavra, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** deu início à exposição, exibindo tabela com a
48 alteração do mix de modalidade de operações com base nos dados da Empresa de Tecnologia e Informações da
49 Previdência Social (DATAPREV). Destacou que verificaram forte queda da modalidade margem livre, representando uma
50 menor liberação de recursos para os aposentados, que ficou em 29% do total em outubro de 2023. O **Sr. Presidente**
51 salientou que os meses de janeiro e de fevereiro são atípicos por causa do aumento do salário-mínimo e, diante dessa
52 situação, esses meses apenas poderiam ser comparados com janeiro e fevereiro de 2022. O **Sr. Alex Sander Gonçalves**
53 observou que houve uma queda de 50% no mês de março de 2023 e o **Sr. Presidente** ponderou que, comparando os meses
54 de março e outubro de 2023, a queda era de menos de 10%. O **Sr. André Fidelis** explicou que um dos motivos da queda
55 da margem livre era o aumento da portabilidade e do refinanciamento, que não deixavam margem livre para realização
56 de novos empréstimos. O **Sr. Alex Sander Gonçalves** discorreu que, de acordo com o mercado, não era essa a situação
57 existente, uma vez que o aumento da portabilidade e do refinanciamento era justamente pela queda da margem livre.
58 Relatou que as IFs tiveram a necessidade de realizar uma redução expressiva na remuneração paga aos correspondentes
59 com a queda do teto da taxa de juros e passaram a trabalhar a portabilidade e o refinanciamento a partir dos seus clientes.
60 Lembrou que portabilidade não era uma nova operação de crédito, mas apenas a transferência de uma dívida de um banco
61 para o outro. Já no refinanciamento, havia a estimativa de liberação de 15% do valor da operação, sendo o restante
62 utilizado para quitação do contrato anterior. Demonstrou gráfico com a quantidade de operações ativas, no qual se
63 observou uma queda da carteira ativa previdenciária, excluindo o BPC/LOAS. Destacou que, de 23 de outubro a 7 de
64 novembro de 2023, 12 das 13 principais IFs operavam próximo ao teto na margem livre, o que demonstrava que a
65 rentabilidade já estava em um patamar muito baixo. Reforçou que era inadequada a utilização da SELIC como custo de
66 captação para o consignado INSS e informou que, de acordo com os dados do Tesouro Direto, em 19 de setembro de 2023,
67 era oferecida uma rentabilidade de 10,13% no Tesouro Prefixado 2026, quando a SELIC estava em 13,25%, e em 21 de
68 novembro de 2023 era oferecida a rentabilidade de 10,38%, um aumento de 0,25%, apesar da queda da SELIC para 12,25%.
69 Nota-se que, mesmo com a redução da SELIC em 1%, o próprio Tesouro Nacional está tendo que remunerar um percentual
70 mais elevado para captar recursos de longo prazo. Explicou que, para os bancos médios e pequenos captarem recursos de

71 longo prazo, precisam é necessário ofertar taxas acima da remuneração paga pelos títulos do Tesouro Nacional (risco
72 soberano), presente o risco de cada instituição, o que gerava um custo médio de 120% do CDI. Discorreu que, apesar da
73 queda da SELIC de 12,75% para 12,25% (- 0,5%) em 1º de novembro de 2023, a alta volatilidade do mercado dos últimos
74 meses resultou em aumento do DI de 2 anos, base do custo de captação dos bancos, ou seja, considerando a variação do
75 DI de 2 anos, deveriam estar avaliando elevação do teto e não redução. Afirmou que mantinham a posição de que era
76 inadequada a utilização da redução do teto proporcionalmente à queda da SELIC, posição essa também defendida por
77 especialista no tema. Explicou a metodologia adotada pelo CNPS no dia 11 de outubro de 2023, destacando que, ao se
78 calcular de forma proporcional à queda da SELIC, o CNPS estava aplicando redução em todo o teto de juros anterior. No
79 entanto, diversos componentes não sofriam redução com a queda do custo de captação. Observou que mesmo utilizando
80 a queda de 0,50% a.a. da SELIC em setembro de 2023 como referência, com a qual não concordavam, a redução do teto
81 em outubro de 2023 deveria ter sido de 0,04% a.m., o que corresponderia a um novo teto de 1,87% a.m. Explicou que a
82 redução de 0,07% a.m. no teto, aprovado pelo CNPS em outubro de 2023, corresponderia a um corte de 0,84% a.a. na
83 SELIC, e não ao de 0,50% a.a. efetivamente ocorrido, e demonstrou gráfico dos componentes do custo que não sofriam
84 redução com a queda do custo de captação, salientando que a utilização proporcional da SELIC tem impactado todo o teto
85 de juros e não apenas o componente de custo de captação. Exibiu cenário com a SELIC esperada pelo relatório Focus, o
86 qual acreditava que essa taxa estaria em 9,25%a.a. em 2024 e, pela metodologia da proporcionalidade adotada
87 atualmente pelo CNPS, o teto cairia para 1,35% a.m., patamar esse que não seria suficiente para cobrir os custos básicos
88 de operação. Discorreu que, mesmo que se utilize a redução da SELIC como base para fixação de novos tetos, sistemática
89 com a qual não concordavam, seria imprescindível ajuste na metodologia adotada, abandonando-se o critério da
90 proporcionalidade e passando a levar em conta a capitalização dos juros mensais. Reforçou as seguintes considerações: (i)
91 as operações do consignado INSS são de até 84 meses, o que obriga os bancos a realizarem captações de longo prazo,
92 tendo como referência o DI futuro de 2 anos; (ii) as captações têm como base o custo pago pelo Tesouro Nacional em seus
93 títulos de longo prazo (risco soberano), acrescido do prêmio de risco de cada instituição; (iii) há instituições operando
94 abaixo do teto, confirmando que o teto não impede a concorrência entre os bancos. A depender do custo de captação ou
95 da estratégia (por exemplo, conquistar mais clientes para a abertura de conta, portabilidade de operações dos seus
96 clientes junto a concorrentes), bancos podem atuar de forma mais agressiva; (iv) o teto de juros nunca teve como objetivo
97 alijar bancos da atuação no consignado INSS. Conforme demonstrado, muitas Instituições Financeiras, em especial de
98 pequeno e médio portes, apresentam custo de captação mais elevado, podendo enfrentar dificuldades de atuação, caso
99 o teto seja fixado em patamar não adequado; (v) dentre o público em questão, temos diferentes perfis de risco. A fixação
100 do teto em patamar não razoável poderá prejudicar o atendimento daqueles que apresentam maior risco (idade, público,
101 tipo de operação, etc.), bem como operações de menor valor; e (vi) o atual teto de juros do INSS tem resultado na redução
102 da oferta de crédito pelo mercado. Relatou que, apesar da queda da SELIC de 12,75%a.a. para 12,25%a.a., a alta
103 volatilidade do mercado dos últimos meses resultou em aumento do DI de 2 anos que, consequentemente, resultou no
104 aumento do custo de captação dos bancos desde a última revisão do teto e, diante disso, estavam propondo que não
105 houvesse nova redução do teto neste momento, retomando a discussão sobre o tema quando da realização da próxima

reunião do COPOM, prevista para 13 de dezembro 2023 e, como sugestões de encaminhamento: a criação de GT multidisciplinar, com objetivo de avaliar, com profundidade, o impacto das reduções promovidas no teto de juros; debate no âmbito do GT, a fim de que se possa apresentar propostas sobre o tema ao CNPS; e manutenção do teto de taxa até a conclusão dos trabalhos pelo GT. O **Sr. Rafael Baldi** complementou, explanando que estavam mantendo a mesma linha de argumento utilizada na proposta para o aumento do teto da taxa de juros. O **Sr. Presidente** ponderou que não considerar o BPC/LOAS como base de financiamento era um absurdo e que os meses de janeiro e de fevereiro de 2023 deveriam ser comparados com os mesmos meses do exercício anterior. Informou que nenhum dos principais bancos em operação praticaram o teto nas operações de margem livre no dia 22 de novembro de 2023, o que significava que o teto não era sufocante. Elencou as taxas médias de operações de margem livre, de portabilidade, de BPC/LOAS e de refinanciamento praticadas pelas 10 principais IFs, as quais estavam todas abaixo do teto, e pontuou que tinha razoabilidade a proposta de que a taxa de juros não caísse na proporção da SELIC. Na sequência, o **Sr. Eduardo Pereira** apresentou a proposta elaborada pela Secretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRGPS/MPS) em relação ao teto de taxa de juros. Explanou que a proposta era similar às propostas apreciadas em agosto e setembro de 2023, em que se calculou a taxa de juros do consignado de forma a manter a mesma proporção da SELIC. Sendo assim, estavam propondo a redução de 1,84%a.m. para 1,77%a.m. (23,50%a.a.). Quanto ao cartão de crédito consignado e ao cartão consignado de benefício, comentou que estavam propondo a manutenção da mesma lógica utilizada na reunião anterior, em que se aplicou o fator de 1,48%a.m., resultando na diminuição do teto de 2,73%a.m. para 2,62%a.m.. De posse da palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** explicou que a proposta da SRGPS/MPS fixava os tetos das taxas de juros para o empréstimo consignado e para cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, as quais foram apresentadas na reunião do Grupo de Trabalho sobre os Cartões de Crédito e Cartões de Benefício. Registrou que a FEBRABAN apresentou proposta diferente dessa apresentada ao CNPS no GT, que pressupunha a elevação do teto. Concedida a palavra, o **Sr. Hélio Queiroz** alegou que a proposta de não diminuição de taxa era difícil de ser discutida e sugeriu que continuassem considerando a SELIC, mas utilizando o cálculo proposto pelas representações das IFs, o qual equivaleria à diminuição de 0,5%a.a. da SELIC. Diante dessa proposta, a reunião fora suspensa para que fosse debatida entre os representantes do Governo. Retomada a reunião, o **Sr. Presidente** sugeriu que fosse realizada uma reunião do GT com o BACEN, para que explicasse se o parâmetro proposto de 0,04%a.m., no período da manhã e dessem continuidade a essa reunião do CNPS no período da tarde, ambas no dia 4 de dezembro de 2023. O **Sr. Hélio Queiroz** observou que seria razoável aguardar a realização da reunião do BACEN para posterior realização da reunião com o GT e do CNPS. Após debates, deliberou-se pela realização de reunião do GT com o BACEN no período da manhã e de reunião extraordinária do CNPS no período da tarde, ambas no dia 4 de dezembro de 2023, para discussão e definição da metodologia a ser utilizada no cálculo da taxa de juros com base na SELIC. Não havendo tempo hábil, o segundo ponto de pauta: Lançamento do Boletim Estatístico Mensal de Benefício por Incapacidade, fora transferido para a próxima reunião do Conselho.

III – ENCERRAMENTO

140 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 300ª Reunião Ordinária
141 do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, lavrada a presente
142 Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.